

A Revolta da vacina nos Livros Didáticos de História atuais

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.1.9275>

Lucas de Castro Itapoan da Costa¹, João Henrique Zanelatto²

Resumo: com a chegada da Nova História Cultural - NHC, a historiografia da república recebe novas produções que ressignificam processos históricos e possibilitam uma maior atenção às questões sociais do período. A Revolta da Vacina, como ficou conhecida a revolta popular de 1904, é um desses processos que ganham maior aprofundamento. O presente trabalho tem como objetivo analisar livros didáticos do tempo presente quanto à sua abordagem sobre a Revolta da Vacina, tendo como base a historiografia da NHC. Por meio da análise de livros didáticos e de produções dentro da perspectiva da NHC, buscamos traçar paralelos entre as aproximações e os distanciamentos da perspectiva historiográfica dos livros em comparação com a perspectiva historiográfica das produções correspondentes à tendência da NHC. Levar em consideração qual tipo de historiografia está sendo produzida para a rede básica de ensino é relevante no que se refere às problematizações e aos aprofundamentos necessários ao estudo do período, isto é, a implantação da república no Brasil e suas problemáticas, questões essas que têm relação direta com a revolta popular de 1904, na Capital, mas que, também, apresentam processos enraizados nas relações sociais atuais.

Palavras-chave: Revolta da Vacina, livros didáticos, historiografia, Nova História Cultural.

The Vaccine Revolt in Current History Textbooks

Abstract: with the arrival of the New Cultural History (NHC), the historiography of the republic gained new productions that redefined historical processes and allowed greater attention to the social issues of the period. The Vaccine Revolt, as the popular revolt of 1904 became known, is one of these processes that gained greater depth. This study aimed to analyze textbooks of the present time regarding their approach to the Vaccine Revolt, based on the historiography of the NHC. Through the analysis of textbooks and productions within the perspective of the NHC, we seek to draw parallels between the approximations and the distances of the historiographical perspective of the books in comparison with the historiographical perspective of the productions corresponding to the NHC trend. Taking into account what type of historiography is being produced for the basic education network is relevant with regard to the problematizations and in-depth studies necessary to study the period, that is, the implementation of the republic in Brazil and its problems, issues that are directly related to the popular revolt of 1904, in the Capital, but which also present processes rooted in current social relations.

Keywords: Vaccine Revolt, textbooks, historiography, New Cultural History.

Introdução

O nome “Revolta da Vacina”, como ficou conhecido o levante que ocorreu no Rio de Janeiro em 1904, nos permite levantar algumas reflexões sobre sua denominação e sua

¹ Graduado em História e Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professor da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

² Doutor em História, Docente permanente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

intencionalidade: a) tal nome tem fôlego para suprir todas as problemáticas decorrentes dos acontecimentos ocorridos na Capital em 1904?; b) a Revolta da Vacina é fruto exclusivamente da revolta sobre a vacinação?; c) qual interpretação que essa nomenclatura causa a um leitor desinformado sobre o tema?

É importante reconhecer as tendências historiográficas do período em que a revolta passou a ser chamada dessa forma, bem como as tendências historiográficas mais atuais, frutos de pesquisas e desenvolvimento constante da ciência histórica. As novas tendências possibilitam, então, ressignificações de processos históricos a partir de questões do presente e de novos posicionamentos perante os objetos históricos. Portanto, tais tendências permitem um olhar mais crítico sobre as relações sociais dos acontecimentos, bem como de situações que envolvam certas ausências a tendências datadas.

Essas reflexões não buscam um revisionismo histórico. Ao contrário, buscam reconhecer as tendências a cada período e reforçar as novas possibilidades de estudo sobre temas já explorados e com conclusões pertencentes a uma historiografia datada.

No que se refere à Revolta da Vacina, podemos considerar como tendência chave para o novo estudo do período o campo da Nova História Cultural³. Historiadores como José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub aprofundaram a perspectiva sociocultural do surgimento da república no Brasil com obras relevantes sobre o tema, em que novos estudos impactaram não somente a historiografia da Revolta da Vacina, mas também de amplos aspectos sociais e culturais da mudança de regime no país. Obras como *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, *A Revolta da Vacina*, de Nicolau Sevcenko, *Cidade Febril e Trabalho, lar e botequim*, ambos de Sidney Chalhoub, mesmo sendo datadas, contemplam a perspectiva da NHC.

Recentemente, os historiadores Lucas de Castro Itapoan da Costa e João Henrique Zanelatto publicaram o artigo intitulado *A revolta de 1904 e os caminhos para afirmação da cidadania brasileira na capital do país*, e seguiram a tendência historiográfica da NHC. No artigo, os autores contribuíram para o aprofundamento de questões sociais nos processos históricos, colaborando para a escrita de uma história que leve em consideração todos os sujeitos históricos, independentemente de sua posição e/ou classe social (Costa; Zanelatto, 2023). O artigo promoveu um diálogo com os historiadores citados acima no

³ Obras como “A nova história cultural”, da historiadora Lynn Hunt, e “A escrita da história”, organizado pelo historiador Peter Burke, apresentam e aprofundam as perspectivas historiográficas que surgiram no final do século passado e consolidaram o campo cultural da historiografia (Hunt, 1992); (Burke, 1992).

sentido de apontar para suas singularidades, mas, principalmente, suas aproximações, em especial a perspectiva social presentes nas obras.

No entanto, em se tratando do ensino básico, é relevante considerar que o dinamismo científico da disciplina histórica não tem o mesmo efeito teórico e prático. É evidente que existe um largo distanciamento⁴ entre a disciplina de História no ensino básico e a História na academia, entretanto, como professores, cabe aos docentes de história fazerem algumas reflexões acerca do ofício em paralelo com tal afirmação: qual história deve ser disponibilizada aos alunos da rede básica de ensino? Alguma outra senão a mesma a qual a academia produz?⁵ Fato é que só existe uma História, o que mudam são as tendências historiográficas que a compõem e, como fruto dessas tendências, não está inserido somente seu período de produção, mas também os interesses e as representações inerentes dos autores em seus trabalhos.

Maria Abadia Cardoso elenca algumas dessas reflexões, as quais o professor de história deve se fazer:

Em meio a tudo isso, poderemos nos questionar: qual o papel do professor? O que esperar da disciplina História? E, mais especificamente, de que forma conceber o livro didático de História no cotidiano escolar? No que se refere a esse último aspecto, existe uma série de constatações, entre estas, que a escrita do livro didático recorta, simplifica, seleciona, sintetiza e categoriza temporalidades e processos históricos oriundos das reflexões históricas e historiográficas. (Cardoso, 2019, p.2)

A citação nos remete a uma questão já abordada neste texto: qual interpretação que a nomenclatura – Revolta da Vacina – causa em um leitor desinformado? Essa pergunta é ainda mais relevante quando consideramos o fato de que o livro didático é, para muitos alunos, o primeiro contato com os mais variados conteúdos de História:

Ao mesmo tempo, não é possível desconsiderar que o livro didático constitui-se, conforme demonstra Carlos Alberto Vesentini, “uma das primeiras vias pelas quais a linguagem da história é absorvida por qualquer um” (Vesentini, 1997, p. 89). É justamente pensando sobre estas relações, a saber, teoria/prática no ensino; passado/presente na sala de aula – as quais nos remetem diretamente para a formação de professores – que a temática proposta Ensino de História e Livros Didáticos: diálogos interdisciplinares e temporalidades justifica-se. (Cardoso, 2019, p.2)

O livro didático é, portanto, uma ferramenta de pesquisa, um documento. É uma fonte, tanto em sua intenção matriz, a de ser material didático do aluno alvo, como também para o professor-pesquisador, que toma o livro didático como uma fonte de

⁴ Para Chevillard (1991), o resultado de tal distanciamento é a necessidade da *transposição didática*, denominação dada à adaptação do conhecimento científico para conhecimento escolar.

⁵ Lucas Domingui alertava para o “esvaziamento do conhecimento”, que pode ser ocorrido por conta da transposição didática (Domingui, 2010).

análise - um objeto histórico que foi produzido para um determinado objetivo, em um determinado período e para um determinado público. Dito isso, levantamos o seguinte: como a Revolta da Vacina é tratada nos livros didáticos no tempo presente?

Com base nessa questão, objetivamos: a) reconhecer a relevância dos livros didáticos em paralelo com o mundo digital; b) analisar o conteúdo historiográfico acerca da Revolta da Vacina nos livros didáticos; c) Traçar paralelos entre a perspectiva analisada nos livros didáticos com a perspectiva da NHC.

Para suprir a proposta deste trabalho, utilizamos como fonte de pesquisa livros didáticos publicados nos últimos anos, os quais contemplam o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁶. Foram selecionados três livros destinados aos anos finais do Ensino Fundamental para o 9º ano e dois livros do 3º ano do Ensino Médio (Quadro 1).

Quadro 1 – Obras analisadas

Ano	Livro	Autores	Editores	Ano de publicação
9º ano	História.doc	Ronaldo Vainfas Jorge Ferreira Sheila de Castro Faria Daniela Buono Calainho	Saraiva	2015
9º ano	Araribá mais: história	Ana Claudia Fernandes	Moderna	2018
9º ano	Historiar	Gilberto Cotrim Jaime Rodrigues	Saraiva	2018
3º ano E.M	#Contato História	Marco César Pellegrini Adriana Machado Dias Keila Grinberg	Quinteto Editorial	2016
3º ano E.M	História: sociedade & cidadania	Alfrebo Boulos Júnior	FTD	2016

Fonte: elaboração dos autores

Foi utilizado, também, material bibliográfico acerca da Revolta da Vacina e/ou do contexto da Primeira República. Esses materiais correspondem à historiografia que aqui

⁶ Em 2019, o ciclo de duração dos livros didáticos alterou para quatro anos - um ano a mais dos três utilizados anteriormente. Os ciclos foram levados em consideração para a escolha do material, pois, mesmo livros com alguns anos de publicação, ainda podem estar em uso nas escolas do Brasil.

nos interessa, isto é, uma historiografia⁷ da República no Brasil dentro da perspectiva da NHC, que problematize e aprofunde os acontecimentos da Revolta da Vacina ocorrida em 1904 na Capital.

Como metodologia de pesquisa, levamos em consideração os seguintes aspectos: a) o historiador está autorizado, em seu ofício, a levar em consideração que as evidências levantadas têm uma existência real – mesmo que de forma provisória - dentro de um panorama onde essas evidências contemplam um processo histórico também real, e que esse processo é relevante para o conhecimento histórico (Thompson, 2021); b) toda obra de história é fruto das tendências historiográficas cabíveis a seu período e a seu contexto de produção; c) mais do que o passado, as obras de história contemplam reflexos indissociáveis do presente; d) é uma perspectiva por ser produto tanto das fontes utilizadas como também das escolhas e da formação do historiador que a fez; e) independente da etapa de ensino, a ciência histórica deve ser levada em consideração no que se refere ao ensino de conteúdos relativos à disciplina de História.

Na velocidade da informação e da desinformação

A globalização não é mais uma novidade para a rotina das salas de aula e para o ofício docente, entretanto, nos últimos anos, a internet e a comunicação digital têm ganhado ainda mais relevância no cotidiano da sociedade. A verdade é que a internet e os aparelhos eletrônicos, que já foram vistos como “inimigos” dos professores, agora estão ganhando mais atenção, sendo aliados como ferramentas didáticas e de pesquisa.

Como um dos fatores que corroboraram para esse protagonismo digital cada vez mais presente no ensino básico, podemos destacar a pandemia do Covid-19, que chegou no país em 2020 e ainda hoje influencia todos os setores da sociedade. A escola, bem como toda rotina econômica brasileira e mundial, teve que se adaptar às necessidades de um período de quarentena e de distanciamento físico. Por esse fator, a pandemia consolidou um fato que, antes, embora já presente, não estava tão elucidado: a educação está inerentemente ligada à internet⁸ e, para grande parte dessa geração, a primeira via

⁷ Para o historiador José Roberto de Amaral Lapa, o campo da NHC trata de uma perspectiva historiográfica recente, que se remete à produção que teve início nos anos 80 e 90 no campo historiográfico da República (Lapa, 1990).

⁸ No dia 11 de janeiro de 2023, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi alterada pela Lei nº 14.533, instituindo a Política Nacional da Educação Digital (PNED). A educação digital na LDB adicionou o inciso XII e um parágrafo no Art. 4º, que se refere aos deveres e às garantias do Estado com a educação escolar pública. A internet com alta velocidade nas escolas públicas passa a ser uma garantia por lei.

de informação não é mais a família ou a escola, mas, sim, os meios digitais aos quais tem acesso.

Esse trabalho tem como foco analisar como os livros didáticos têm apresentado o conteúdo acerca da Revolta da Vacina; contudo, é fundamental levar em consideração outras questões que estão diretamente ligadas ao acesso a conteúdos e à informação aos alunos da rede básica de ensino. Já levantamos uma reflexão sobre como o livro didático é, para muitos, o primeiro contato com algum tema e/ou conteúdo, porém, apresentadas as reflexões sobre a internet, temos, então, outra problemática, ainda não levantada neste trabalho: com qual tipo de informação o aluno tem contato ao pesquisar determinado tema na internet?

Fato é que a mesma internet que informa é também a que desinforma, isto é, a infinidade de conteúdos aos quais se pode ter acesso on line, muitas vezes, apresenta conteúdos descompromissados com a rigorosidade acadêmica, sendo, em algumas situações, de caráter informativo e, também, lúdico. Se até mesmo a historiografia, apesar de ser rigorosa e de seguir a ciência histórica é, também, carregada com o peso de suas tendências e de suas intencionalidades, não podemos mensurar a relativização dos conteúdos apresentados como de “história” dentro da internet.

Isso reforça o compromisso e os desafios para se trabalhar história na rede de ensino básico no tempo presente. Também reforça a relevância de um material didático que supra as necessidades dessa educação e leve em consideração não só a falta de informação, mas também o livre acesso a qualquer informação, inclusive aos conteúdos pertencentes ao livro didático:

Certamente, esta relação adquire contornos mais singulares na atualidade, em que se tem uma vasta utilização dos meios de comunicação. Nesse mesmo processo, uma diversidade de aparatos científicos e tecnológicos, tais como a televisão, a internet, os jogos eletrônicos, celulares, redes sociais, etc. aparecem como os grandes direcionadores das atitudes dos jovens. (Cardoso, 2019, p. 2)

Dada a devida atenção – mesmo que breve – sobre a questão da internet como via de informação aos alunos, temos a seguinte conclusão: o livro didático não perde sua relevância como ferramenta didática e de pesquisa perante a internet, ao contrário, ele ganha protagonismo como ferramenta didática produzida por profissionais da educação das mais variadas áreas do conhecimento.

Isso posto, o desenvolvimento do campo social na História foi estimulado com as tendências historiográficas marxistas e dos “Annales”. Essa influência se dá em um contexto onde a produção historiográfica marxista começou a apresentar novas

perspectivas de abordagens a partir da metade do século XX, em que os pesquisadores começaram a se interessar por aqueles personagens desvinculados de uma imagem de destaque ou prestígio, isto é, o interesse se direcionou às pessoas ligadas às classes populares (Hunt, 1992). Essas influências, e a concepção de que uma história mais social é mais ampla do que uma história exclusivamente política, proporcionaram a consolidação da Nova História Cultural no campo historiográfico no final do século XX.

A NHC busca, então, se aprofundar nos objetos históricos a partir das questões culturais das sociedades estudadas. Essas questões englobam todas as camadas da sociedade, analisando essa própria conjuntura social como parte do objeto histórico a ser desenvolvido, isto é, suas relações, suas características e sua atividade na sociedade.

A partir das décadas de 80 e 90, uma série de produções sobre a república no Brasil foram fruto da perspectiva da NHC. Essa tendência surge no cenário historiográfico nacional apresentando novas problemáticas acerca das questões sociais durante a consolidação da república no país (Lapa, 1990). Essa nova linha teórica de estudos nos permite problematizar questões antes não abordadas ou negligenciadas, ou seja, a abordagem cultural ganha relevância no cenário de produções acerca da república quando levamos em consideração que variadas problemáticas ocorridas no contexto de mudança de regime – como a Revolta da Vacina – seguem ainda apresentando reverberações nas questões sociais do presente.

É por conta dessa relevância que este trabalho busca uma análise a partir dessa tendência historiográfica, pois entendemos que tal perspectiva tem mais fôlego para suprir as necessidades educacionais e formativas acerca das questões sociais inerentes ao estudo da ciência histórica, seja na academia ou no ensino básico.

A Revolta da Vacina nos livros didáticos

O livro *Historiar 9º ano*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, apresenta um capítulo destinado especificamente às revoltas da Primeira República, dentro da unidade 1 do livro, destinada ao estudo do Brasil República. Essa divisão, apesar de, em um primeiro momento parecer promissora quanto ao seu conteúdo destinado às revoltas, se mostra limitada na prática, principalmente no que se refere à Revolta da Vacina.

O livro apresenta um parágrafo – no fim da página 45 – e uma página inteira – página 46 – sobre o conteúdo acerca da Revolta. Em se tratando da quantidade de texto destinado ao tema, é relevante destacar que, desse pequeno espaço reservado para o tema, mais da metade da página 46 é composta por imagens.

No que se refere ao conteúdo e às informações apresentadas ao aluno, o texto se mostra insuficiente como citação das problemáticas sociais e, apesar de citar – muito brevemente – a questão social, tem como principal objetivo resumir o contexto, não havendo preocupação em problematizar e aprofundar as questões que o próprio texto apresenta:

No período em que Rodrigues Alves (1848-1919) governou o Brasil, entre 1902 e 1906, a população do Rio de Janeiro – que era a capital e a maior cidade do país – enfrentava graves problemas sociais. Além da pobreza e do desemprego, havia também epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola, que matavam milhares de pessoas todos os anos. (Cotrim; Rodrigues, 2018, p. 45)

O texto segue e continua seu tom de apresentação e de não provocação ao leitor. O livro ainda cita as intenções republicanas em modernizar a cidade por meio de um embelezamento arquitetônico; cita, ainda, que, para isso, foram derrubados barracos e cortiços; coloca que as intenções eram também combater as epidemias que matavam muitas pessoas, porém, o texto não traz os sujeitos: quais as pessoas que viviam nesses barracos e cortiços derrubados? Qual a cor dessas pessoas? Qual a condição econômica dessa camada da população? E, talvez o mais relevante a se levantar, quais os interessados nesse processo de *bota-abaixo*⁹ das moradias? E, novamente, de forma antagônica, qual a cor dessas pessoas? Qual a condição econômica dessa camada da população?

O livro *Araribá Mais História 9º*, obra coletiva organizado pela editora Moderna, tendo como editora responsável a historiadora Ana Claudia Fernandes, é dividido também em unidades e capítulos, nos quais o conteúdo sobre a Revolta da Vacina está inserido no capítulo II – “Industrialização e urbanização na Primeira República”, da unidade I – “A República chega ao Brasil”.

Em se tratando do texto específico ao tema, o espaço reservado para a Revolta da Vacina é ainda mais limitado: meia página. Entretanto, apesar de o conteúdo ser diminuto, a introdução ao conteúdo das revoltas urbanas é a partir do tópico “A luta pela cidadania”, que, apesar de ser formada por dois pequenos parágrafos, problematiza o contexto republicano no que se refere à participação política da população, tendo, portanto, um alinhamento mais próximo à historiografia da NHC:

Nas primeiras décadas do período republicano no Brasil, a participação política dos cidadãos comuns era bastante restrita. A maioria, por ser analfabeta, não votava, poucos conseguiam fazer valer os seus direitos e o poder político se concentrava nas mãos de uma pequena elite. Dessa forma, a maior parte das manifestações de luta pela cidadania nesse período eram realizadas contra a

⁹ Nome dado à política de derrubada de moradias as quais se enquadravam para a prefeitura como cortiços e barracos – que não tinham uma real definição - durante o processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, no governo Pereira Passos.

arbitrariedade dos governantes ou dos grandes proprietários. As revoltas que conheceremos em seguida, ocorridas em 1904 e 1910 na cidade do Rio de Janeiro, podem ser consideradas símbolos dos protestos populares contra a opressão exercida pelos controladores do Estado. (Fernandes, 2018, p. 32)

Esse apontamento, mesmo que breve, é relevante para um direcionamento mais amplo no que se refere às motivações da Revolta da Vacina que, para a NHC, são mais do que somente a obrigatoriedade da vacina na campanha de vacinação promovida por Oswaldo Cruz e pela prefeitura da Capital.

Entretanto, esse direcionamento antevem o tópico específico sobre o tema da Revolta da Vacina. No que diz respeito a essa parte específica – que configura meia página de texto –, os parágrafos se apressam em resumir os resultados do fim da revolta, além de privilegiar a figura do diretor-geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, quanto à implantação da campanha. Tal direcionamento poderia ser mais amplo, levando em consideração a figura do prefeito, bem como do próprio presidente da república, já que o Rio de Janeiro era a então capital do país.

Além da figura dos políticos, cabe também destacar a camada da população interessada nessa corrida de remodelamento urbano, isto é, a elite fluminense e, como resultado inerente, os brancos. O livro tem uma postura relevante nos apontamentos que faz, mas acaba limitando-se a si mesmo com resumos e dados – como número de mortos e presos –, sendo que poderia continuar o discurso de introdução no qual cita a questão da cidadania, para, assim, ampliar as interpretações acerca das motivações da revolta popular propriamente dita.

O livro *História.doc* 9º, dos autores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Daniela Buono Calainho, publicado pela editora Saraiva, se apresenta até então como o mais problemático em sua apresentação ao conteúdo da Revolta no que se refere ao seu direcionamento historiográfico. É dividido em unidades e em capítulos, sendo a Revolta da Vacina apresentada no capítulo III da unidade I, no tópico “A Primeira República Brasileira”. O livro dedica uma página (51) para falar especificamente sobre a revolta, sendo que metade dela é constituída por uma charge do período produzida por Leônidas, da revista *O Malho*¹⁰. No entanto, deve-se levar em consideração que a página anterior, por meio dos tópicos “Rio de Janeiro: a vitrine do Brasil” e “A reforma de Pereira

¹⁰ A imprensa cobriu em tom epopeico os acontecimentos derivados da revolta popular na Capital em novembro de 1904. Os jornais se dividiam entre os apoiadores e os contrários à Revolta da Vacina, debate esse evidenciado pelas variadas charges produzidas no período (Sevcenko, 2018).

Passos”, apresenta uma contextualização do período que correlaciona o conteúdo da revolta propriamente dita:

O Rio de Janeiro era a capital da República e a porta de entrada para o Brasil. Mas os estrangeiros tinham medo da cidade. Era chamada de “cidade morte”. Periodicamente havia surtos de varíola, febre amarela, malária, tuberculose, cólera, peste bubônica, entre outras doenças. O centro da cidade era formado por um emaranhado de ruas estreitas e sinuosas, sem calçamento, sem rede de esgotos e água. As ruas eram abafadas e escuras. Milhares de pessoas moravam em cortiços e trabalhavam na região central da cidade. (Vainfas *et al.*, 2015, p. 50)

Porém, o texto apresenta seu conteúdo em uma perspectiva de progresso no que tange à contextualização do período. Os autores perpetuam a perspectiva higienista e, apesar de apresentarem a questão do *bota-abaixo* mais a frente, acabam não levando em consideração toda complexidade em volta da “modernização” de Pereira Passos, transmitindo uma noção de modernidade e de limpeza por parte dos políticos, em desacordo com as problemáticas que a NHC apresenta acerca do período.

Um exemplo é a utilização da palavra “cortiço” sem o compromisso de sequer definir – ou tentar – o que era considerado um cortiço, ou melhor, o porquê da existência desse termo. O uso dessa palavra sem uma breve contextualização transmite o mesmo caráter pejorativo do período, isto é, o mesmo preconceito acerca das moradias pobres da cidade:

A identificação dos cortiços como focos geradores dos germes da febre amarela foi fato de enorme significado simbólico e político. Como vimos no primeiro capítulo, não havia nenhuma definição mais clara sobre o que era um cortiço, e numa cidade sempre às voltas com um déficit de moradias na segunda metade do século XIX, a tendência era considerar como tal qualquer habitação que, segundo os padrões instáveis dos sanitaristas, fosse vista como imunda e apinhada de gente. (Chalhoub, 2017, p. 102)

O historiador Sidney Chalhoub apresenta, em sua obra *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, que sequer existia uma definição do que era um “cortiço”. Portanto, a utilização desse termo, sem levar em consideração seu uso no período que aqui nos interessa, acaba por ser a reprodução dos mesmos preconceitos daqueles que utilizavam o termo para justificar as derrubadas das moradias.

Na página 51, destinada ao tópico “Revolta da Vacina”, o descompasso com a historiografia da NHC é ainda mais evidente. O tom higienista do texto se configura como uma representação de justificativas da vacina, tratando, exclusivamente, do assunto saúde sem levar em consideração as questões sociais:

Nas últimas décadas do século XIX, cientistas europeus descobriram a existência de microorganismos, como vírus e bactérias, bem como o papel desses seres na propagação de doenças. Durante a gestão de Pereira Passos, o médico Oswaldo Cruz foi convocado para aplicar os novos conhecimentos

científicos e livrar o Rio de Janeiro das epidemias. Para eliminar os transmissores de doenças, como mosquitos e ratos, Oswaldo Cruz criou Brigadas de Sanitaristas. Os funcionários da prefeitura entravam nas casas das pessoas e podiam interditá-las. Vocês devem deduzir que isso causava muitas contrariedades. (Vainfas *et al.*, 2015, p. 51)

Oswaldo Cruz, por sua vez, é apresentado como o encarregado de “livrar” a capital das enfermidades. Temos, então, a definição do problema para o texto: as doenças. Tal definição é esclarecedora no que diz respeito à forma como os autores acham prudente destacar as variadas e as complexas problemáticas sociais decorrentes da implantação da obrigatoriedade, isto é, a escolha e a utilização por eles do termo “contrariedades”. Definitivamente, a palavra “contrariedades” não supre o peso e o impacto causados nas vítimas das ações racistas e classistas providenciadas por Oswaldo Cruz e pelo prefeito. Tendo como parâmetro a NHC, a utilização dessa palavra não só é insuficiente como também imprudente, levando em consideração as ausências – dos indivíduos – e as permanências – das questões sociais – transmitidas aos alunos como conhecimento histórico.

Entrando na análise dos livros do Ensino Médio, o livro *#Contato História* (3º ano EM), dos autores Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg, apresenta uma real aproximação com a NHC, demonstrando que os autores utilizaram dessa perspectiva historiográfica para a produção do livro. Publicado pela editora Quinteto, o livro é dividido em unidades, as quais são organizadas por tópicos correspondentes ao tema de cada unidade.

Dentro da unidade 2 – “A Primeira República” –, o tópico “O projeto de “regeneração” apresenta uma introdução ao contexto do período, levando em consideração o projeto de nação almejado por uma elite, a qual queria “modernizar” e “civilizar” a capital. Essa introdução se apresenta de forma promissora no que se refere à apresentação das problemáticas sociais pertencentes ao período:

Com esse projeto, além de uma capital “moderna”, as elites brasileiras desejavam que a população fosse “civilizada”, ou seja, que se comportasse de acordo com padrões europeus. Por isso, vários costumes e tradições considerados atrasados, como a serenata e o jogo da capoeira, além de festas tradicionais e manifestações religiosas populares, foram sistematicamente reprimidos, somente encontrando espaço nos bairros distantes do centro. (Pellegrini; Dias; Grinberg, 2016, p. 44)

A utilização de aspas nas palavras “moderna” e “civilizada” problematiza os termos e as intenções daqueles que se apropriaram dessas justificativas para a imposição de todas as medidas do período, isto é, o afrancesamento da capital e sua relação com as

classes mais vulneráveis. Problematicar tais termos é fazer o aluno questionar qual era a definição de modernização e de civilização para a elite dominante do período.

O livro segue o tópico sobre o projeto de “regeneração”, sendo organizado em subtópicos, como “O bota-abaiço” e “A expulsão da população pobre”. É relevante dizer que tais assuntos têm total relação com as motivações da Revolta da Vacina, e, não por acaso, o subtópico que trata especificamente sobre a revolta, “A sanitização e a Revolta da Vacina”, está logo depois do texto sobre a expulsão da população pobre. Esse direcionamento já demonstra um alinhamento mais próximo com a NHC, problematizando e aprofundando as motivações sociais da revolta, além de seu estopim com a obrigatoriedade da vacina e, também, fazendo o leitor discente perceber que é um acontecimento histórico correlacionado com todo contexto social, político e econômico do período.

Além dessa relação do projeto de “regeneração” com a Revolta da Vacina, o livro é, entre os analisados até então, o primeiro a apresentar que foi nesse processo de “modernização” e de expulsão das camadas populares que surgiram as primeiras favelas da antiga capital:

Durante as reformas, muitos moradores pobres e pequenos comerciantes foram expulsos do centro da cidade, sem receber indenização ou ter um novo local para morar. As obras foram conduzidas de modo autoritário e com repressão policial, gerando grande insatisfação popular. Os pobres, desalojados de suas residências, mudaram-se para os morros vizinhos ou para os subúrbios, construindo moradias improvisadas com material de demolição obtido no centro da cidade. Essas moradias improvisadas deram origem às primeiras favelas do Rio de Janeiro. (Pellegrini; Dias; Grinberg, 2016, p. 46)

Dar ênfase a esse processo de constituição das primeiras favelas é de grande relevância quando levamos em consideração que, apesar do distanciamento histórico, o preconceito e a negligência do estado no período de surgimento das primeiras favelas são os mesmo agentes da manutenção dessas comunidades no presente. Significa dizer que as motivações para o surgimento dessas favelas são as mesmas para sua permanência no tempo presente, e sua população é, ainda hoje, tão vulnerável à discriminação quanto as “classes perigosas”¹¹ do início do século XX.

Em se tratando do subtópico dedicado especificamente para a Revolta da Vacina, o texto é breve e compõe meia página apenas. Evidente que devemos levar em

¹¹ A gênese do conceito de “classes perigosas” surge na legitimação da discriminação de certa parte da população como justificativa da ameaça dessa classe perante a outra parcela da sociedade. O problema é que não existe uma definição propriamente exclusiva do que - ou quem - pode ser considerado pertencente uma “classe perigosa”. A relação epistemológica que Chalhoub nos mostra é que o termo basicamente se refere às pessoas que viviam à margem da sociedade (Costas; Zanelatto, 2023, p. 11)

consideração que todos os subtópicos anteriores têm relação direta com o acontecimento que aqui nos interessa, entretanto, o texto procura resumir a questão da sanitização, os acontecimentos da revolta e os desfechos em apenas três parágrafos, sendo impossível, nessa limitação, explorar os principais conflitos da revolta, os dados do período, a tentativa de golpe de Estado que ocorreu em meio ao conflito e todo debate político que ultrapassava os anseios e as insatisfações populares.

O texto resume, então, que a população já estava cansada das medidas autoritárias e isso foi a principal motivação por trás do estopim. Porém, apesar de todos os méritos já dados aqui a seu conteúdo, o livro poderia abordar mais a questão da representatividade política da população, que, no período em questão, era praticamente nula.

O livro *História Sociedade & Cidadania*, 3º ano EM, de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD, apresenta um apontamento breve e deficitário que não supre a complexidade da Revolta. A obra é dividida como a prevalência até aqui, em unidades e capítulos, com os capítulos sendo organizados por tópicos temáticos. Entanto, é relevante destacar que o tópico direcionado à Revolta da Vacina não leva o nome da revolta, sendo o tema um apêndice do tópico “Modernização e revolta no Rio de Janeiro”. Por si só, a ausência de um tópico exclusivo à revolta já aponta o posicionamento do livro perante ela, que se resume em uma brevidade dotada de generalizações e de ausências.

Boulos Júnior apresenta tópicos promissores no que se refere a um direcionamento mais próximo da NHC, como a definição do capítulo 3, em “Primeira República: Dominação e Resistência”, e o seu tópico “Resistência”, da página 51:

Excluída politicamente pelas restrições legais do direito ao voto e pela fraude eleitoral, coagida pelos poderosos e vivendo na penúria, a população pobre dos primeiros tempos da República reagiu e manifestou sua insatisfação em vários protestos e rebeliões sociais. (Júnior, 2016, p. 62)

Essa introdução às revoltas da Primeira República está em conformidade com uma historiografia alinhada à NHC, entretanto, quando citado, especificamente, o conteúdo acerca da Revolta da Vacina se mostra muito breve, não aprofundando o tema para o aluno; assim, negligenciando todas as problemáticas e os paralelos possíveis de se fazer em sala acerca da consolidação da República no país e, também, os seus reflexos no presente.

O tópico apresenta questões fundamentais sobre o tema, como a questão do *bota-abaixo* e da procura pela higienização da cidade. Contudo, quando tratado sobre as motivações, o livro definiu os três motivos da revolta:

As demolições, o alto custo de vida e a obrigatoriedade da vacina levaram à explosão de uma revolta popular, conhecida como Revolta da Vacina (1904). Armados de paus, pedras e pedaços de ferro, os populares enfrentaram a polícia, armada de carabinas, no centro e em vários bairros do Rio de Janeiro. (Júnior, 2016, p. 67)

As demolições, o alto custo de vida e a obrigatoriedade certamente foram fatores que corroboraram para o estopim da revolta, no entanto, como a própria introdução do capítulo do livro indica, havia outras questões fundamentais, como a questão eleitoral e, talvez, a mais fundamental, a questão da discriminação elitista por parte do governo.

Sendo assim, o livro tem um apontamento que segue as intenções da NHC, porém, acaba sendo limitado por seu caráter sucinto, que busca resumir as motivações, os acontecimentos e os resultados de todo movimento popular ocorrido na capital em novembro de 1904. A complexidade social a qual a historiografia da NHC abordafaz com que os apontamentos devam abranger mais uma correlação do contexto prévio da Revolta da Vacina com os dias de sua ocorrência, questão que o livro não levanta.

Considerações finais

A historiografia presente no conteúdo dos livros analisados de forma geral deixa a desejar no que se refere à sua aproximação com a perspectiva da Nova História Cultural, principalmente os livros destinados ao 9º ano do Ensino Fundamental. Nesse sentido, é certo que muitos flertam com as intenções da tendência, entretanto, quando nos referimos a seu conteúdo de forma geral, os livros buscam resumir os processos históricos não aprofundando questões essenciais para uma maior problematização dos fatores sociais inerentemente ligados à Revolta da Vacina.

Quando analisamos a organização de uma sociedade capitalista, onde a desigualdade vigora em um país que ainda colhe os males da herança colonial e escravocrata, fica evidente, na atualidade, o dever da educação em explorar os temas sociais ligados à história do país para, assim, proporcionar senso crítico aos alunos para que reconheçam as complexas relações sociais do passado e sua relação direta com o presente. É explorando temas como a Revolta de Canudos, a Guerra do Contestado, a Revolução Federalista, a Revolta da Chibata e, claro, a Revolta da Vacina, que podemos fazer com que o discente alvo aprofunde e problematize o modelo de República almejado e implantado com o golpe de 1889.

Essas implicações estão ligadas diretamente a quais conteúdos devem compor o currículo educacional e a como eles são ensinados. A Revolta da Vacina, antes de uma

revolta sobre uma vacina, é a revolta de uma população invisibilizada pelo próprio governo, em todas as esferas. Tanto na política, com a ausência do livre direito de voto, como na social, com toda discriminação e todo racismo e, também, na econômica, com a criminalização do trabalho informal (Costas; Zanelatto, 2023).

Portanto, a maneira de abordar o tema interfere diretamente nas percepções e nos aprendizados do indivíduo sobre o conteúdo. No caso da Revolta da Vacina, existe um largo distanciamento entre o título sugestivo que nomeia a revolta e as complexas motivações da população envolvida. A NHC surge, então, como uma possível perspectiva de estudo, onde essas questões – antes deixadas de lado – ganham protagonismo.

Cabe reforçar que este trabalho é limitado e não caberia aqui explorar todas as problemáticas acerca da questão dos livros didáticos no Brasil. A sua própria comercialização já é, por si só, uma problemática. É um mercado extremamente atrativo e disputado pelas editoras que visam – antes do aprendizado do aluno – ao alto lucro imediato. O fato de ser um negócio extremamente lucrativo ligado à disputa e à alta demanda, com certeza tem influência direta no produto final, pois tal pressão cai também sobre seus autores (Dominguini, 2010).

É limitado, ainda, pelas escolhas e pelas tendências de todo pesquisador. Porém, é relevante toda produção que visa a problematizar a questão dos livros didáticos, uma vez que se sabe que esses são ferramentas que devem permitir ao aluno se apropriar do conhecimento a fim de que ele possa se posicionar sobre todos os processos que ocorrem – e já ocorreram – ao seu redor.

Referências

- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**: 3º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016. 290 p. ISBN 97885003575.
- BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARDOSO, Maria. Ensino de História e livros didáticos: desafios do tempo presente. **ANPUH-Brasil**: 30º Simpósio Nacional de História, Recife, p. 1-16, 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique**: du savoir savant au savoir enseigné. La Pensée Sauvage Éditions: Grenoble, 1991.

COSTA, Lucas; ZANELATTO, João. A Revolta da Vacina e os caminhos para afirmação da cidadania brasileira na capital do país. **Estudios Históricos**, Rivera, ano XV, n. 29, p. 1-21, 2023. ISSN 1688-5317

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar 9º ano**: ensino fundamental anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 248 p. v. 4. ISBN 9788547236274.

DOMINGUINI, Lucas. Fatores que evidenciam a necessidade de debates sobre o livro didático. **Congresso Internacional de Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, p. 1-16, 2010. ISSN 2177-644X

FERNANDES, Ana (ed.). **Araribá mais: história**: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018. 308 p. v. 4.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral (org). **História política da República**: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República. Campinas: Papirus, 1990.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **#Contato história**: 3º ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016. 290 p. ISBN 978850854.

Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social. 1904 - **Revolta da Vacina**. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. – A Secretaria, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da vida privada no Brasil**. Cord. Geral da coleção Fernando A. Novais; Org. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: e outros ensaios. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. 563 p. v. 1. ISBN 9786557131220.

VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc**: 9º ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 450 p. ISBN 9788502633124.

Submissão: 19/07/2024. **Aprovação**: 02/12/2024. **Publicação**: 25/04/2025.